

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas

ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE DA MULHER

Síntese das Diretrizes para a Política de Atenção
Integral à Saúde da Mulher – 2004 a 2007
Resumo das atividades realizadas em 2003

ÁREA TÉCNICA DE SAÚDE DA MULHER

Coordenadora

Maria José Oliveira de Araújo

Equipe Técnica

Alice Gonçalves M. Ribeiro, Isa Paula H. Abreu, Ivone Peixoto, Iolanda Vaz Guimarães, Janine Schimer, Márcia Cavalcante V. Lucas, Maria Auxiliadora da S. Benevides, Maria Rodrigues Nagy, Marta Roberta S. Coelho, Regina Coeli Viola, Thais C. Silva, Verônica Batista G. dos Reis

Equipe de Apoio

Anna Cristhina de C. L. Evangelista, Ana Margareth G. Leite, Cíntia Nunes, Magda Andrade de Oliveira, Rosilene Brito, Valéria Leite

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, 6.º andar

Tels.: (61) 3152933/3091/ 2553/2515

E-mail: saude.mulher@saude.gov.br

Síntese das Diretrizes para a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher – 2004 a 2007

O documento Princípios e Diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – 2004 - 2007, elaborado pela equipe da Área Técnica de Saúde da Mulher, considera, num enfoque de gênero, a evolução das políticas, a situação sociodemográfica e o diagnóstico da saúde da mulher no Brasil. Apresenta objetivos, metas, estratégias, ações, fontes de recursos e parcerias necessárias para seu êxito.

A história das mulheres na busca pelos serviços de saúde, expressa, com frequência, discriminação e frustrações que aparecem como fonte de tensão e mal-estar psicofísico. A humanização e a qualidade da atenção, que norteiam a atual proposta, devem promover o reconhecimento e o respeito aos direitos humanos das mulheres, dentro de um marco ético que garanta a saúde integral e o bem-estar.

O documento incorpora a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento e no combate à violência doméstica e sexual.

Também agrega a prevenção e o tratamento das DST e a atenção às mulheres vivendo com HIV/aids e às portadoras de doenças crônico-degenerativas e câncer ginecológico.

Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas nas suas especificidades e necessidades, como as trabalhadoras rurais, as mulheres negras, mulheres na menopausa e na terceira idade, com transtornos mentais, com deficiência, as lésbicas, as indígenas e as presidiárias.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher deve atender à população feminina brasileira acima de 10 anos de idade, hoje estimada em 72.921.373 cidadãs. Cerca de 70% destas são usuárias do SUS.

Uma Proposta para Todo o Brasil

A presente proposta deve considerar a diversidade dos 5.561 municípios brasileiros, que apresentam diferentes níveis de desenvolvimento e de organização dos seus sistemas locais de saúde e tipo de gestão. Deve servir de subsídio para, com a flexibilidade necessária e considerando a realidade das regiões do País, contribuir para a melhoria da atenção à saúde das mulheres que vivem e/ou trabalham nas áreas urbana e rural.

É, acima de tudo, uma proposta de construção conjunta e de respeito à autonomia dos diversos parceiros, sem privilegiar nenhum segmento, mas enfatizando a importância do empoderamento das usuárias do SUS e sua participação nas instâncias de controle social.

Trata-se de um grande desafio que, sob a coordenação do Ministério da Saúde – na formulação, fomento e articulação –, pressupõe a decisão política de gestores estaduais e municipais.

Esta decisão se traduz no cumprimento da EC 29 e dos princípios do SUS, no compromisso dos profissionais de saúde e das sociedades científicas, na participação da sociedade civil organizada – em especial o Movimento de Mulheres –, do Ministério Público e dos Conselhos de Saúde.

Atribuições da Área Técnica de Saúde da Mulher

- Formular, em parceria com outras áreas do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Apoiar e incentivar a formação de profissionais de saúde para a implantação e implementação da atenção qualificada à saúde da mulher;
- Investir na ampliação e fomentar a criação de tecnologias adequadas para a atenção integral à saúde da mulher;
- Criar instrumentos gerenciais para apoiar a implementação, acompanhamento, controle e avaliação das políticas, ações e serviços de saúde;
- Apoiar as organizações de mulheres para o controle social.

Objetivo do Plano de Ação: Promover a Atenção Integral à Saúde da Mulher

PRIORIDADES PARA O PERÍODO 2004 - 2007

- PROMOVER A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS MULHERES E ADOLESCENTES.
- PREVENIR E TRATAR OS AGRAVOS DECORRENTES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL.
- REDUZIR A MORBIMORTALIDADE POR DST/AIDS NA POPULAÇÃO FEMININA.
- REDUZIR A MORBIMORTALIDADE POR CÂNCER NA POPULAÇÃO FEMININA.
- AMPLIAR E QUALIFICAR A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE GRUPOS DA POPULAÇÃO FEMININA, AINDA NÃO CONSIDERADOS DEVIDAMENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: TRABALHADORAS RURAIS, MULHERES NEGRAS, NA MENOPAUSA E NA TERCEIRA IDADE, COM DEFICIÊNCIA, LÉSBICAS, INDÍGENAS E PRESIDÁRIAS. ALÉM DISSO, PROMOVER A SAÚDE MENTAL DAS MULHERES, COM ENFOQUE DE GÊNERO.
- FORTALECER A PARTICIPAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL.

Resumos das Atividades Realizadas em 2003

Melhoria da atenção obstétrica e organização da rede

- Monitoramento dos pactos de redução da taxa de cesáreas em hospitais do SUS e da implementação do PHPN (4.443 municípios aderidos).
- Portarias: de reativação da Comissão Nacional de Morte Materna e outra que torna o óbito materno evento de notificação compulsória.

Coordenação e promoção de capacitações

- Para atendimento a vítimas de violência doméstica e sexual.
- Para humanização da assistência obstétrica – 30 doulas e 120 profissionais de saúde (convênio Hospital Sofia Feldman).
- Acompanhamento de 22 cursos de especialização em enfermagem obstétrica.
- De 77 parteiras tradicionais.
- Em Pré-natal e Planejamento Familiar na Atenção Básica e em investigação de óbito materno (convênio Febrasgo).
- Para atenção à mulher indígena.

Interface com diversas áreas do Ministério da Saúde

- Participação na formulação de políticas e diretrizes e na elaboração de documentos técnicos, na perspectiva da incorporação de aspectos de interesse da saúde da mulher e da construção da integração intra-institucional.

Apoio técnico-logístico aos estados e municípios

- Distribuição de Cartão e Agenda da Gestante – 1 milhão de exemplares de cada.
- Manuais Técnicos – 105.000 exemplares.
- Kits de planejamento familiar – 23.996 Kits.
- Anticoncepcional de emergência para 432 municípios.
- Em elaboração: Manuais Gênero e Saúde Mental e de Atenção à Saúde da Mulher no Climatério.

Representação em Fóruns: Subgrupo de Trabalho 11 do Mercosul, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher.

Participação em Grupos de Trabalho: Comitê Assessor para Terapia Anti-retroviral em Gestantes, (MS), GT Saúde da População Negra (MS), GT Saúde da População Rural (MS), GT para Nova Definição de Casos de Sífilis Congênita (MS), GT Direitos Reprodutivos (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres).

Constituição de Grupos de Trabalho e Comissões: GT Saúde da Mulher Negra, GT para Elaboração de Norma Técnica para Atenção ao Aborto Inseguro.

Coordenação da Comissão Nacional de Morte Materna.

Organização de eventos

- V Fórum Nacional de Morte Materna.
- Comemoração do 8 de Março e I Ciclo de Debates sobre Gênero, Qualidade de Vida e Saúde da Mulher.
- Oficina de Consenso sobre Controle de Câncer de Mama no Brasil.
- Seminário Nacional sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos – parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- VIII Fórum de Violência – parceria com CEMICAMP.

Compromissos Internacionais

A Área Técnica da Saúde da Mulher, na formulação da política e no planejamento das ações, tem como referência os compromissos internacionais que o Brasil é signatário, em especial a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Belém/PA 1994), a Conferência Internacional da Mulher (Beijing, 1995), as Metas do Milênio (ONU), a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminações Contra a Mulher (CEDAW), a Cúpula Mundial em Favor da Infância e a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, dentre outras.

Busca participar das discussões sobre os temas tratados nos acordos e contribuir efetivamente para concretização dos compromissos. Em 2003, participou de eventos e fóruns:

- GT para Definição de Indicadores de Saúde Reprodutiva – UNFPA.
- Diretrizes para alcance das metas do milênio para saúde reprodutiva – OMS/OPAS.
- Debate sobre Experiências de Centros de Perinatologia – OMS/OPAS.
- Avaliação do desempenho brasileiro e resposta à ONU quanto ao cumprimento das recomendações da CEDAW.
- Reunião sobre Iniciativa de Redução de Morte Materna – OPAS.
- GT para elaboração de Norma Técnica para Prevenção e Tratamento de Doenças do Aparelho Reprodutivo – OMS.
- Workshop Segurança de Comodities em Saúde Reprodutiva – UNFPA.
- Consulta técnica para definição de parâmetros para qualidade da atenção ao pré-natal e ao parto – OPAS.
- Oficinas Gênero e Meio Ambiente – DFID.
- Fórum Civil da América Latina/Rio de Janeiro.
- Fórum Internacional Gênero, Raça, Pobreza e Emprego – OIT.
- Congresso da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetria (FIGO/Santiago do Chile).

Próximas Atividades

Seminário de Atenção Obstétrica e Neonatal – fevereiro de 2004, em Brasília – discussão sobre a situação da atenção obstétrica e neonatal no País e subsídios para o Pacto Nacional.

Pacto Nacional pela Redução da Morbimortalidade Materna e Neonatal – proposta do Ministério da Saúde a ser discutida com outras instituições governamentais, estados e municípios, Conass, Conasems, sociedades científicas e de categorias profissionais de saúde e organizações da sociedade civil e agências do Sistema das Nações Unidas.

Seminário Internacional Políticas Públicas para as Mulheres: Experiência Latino-americana – abril de 2004, em Brasília (diversos parceiros) – fortalecer as Políticas Públicas, Legislação e Programas Nacionais de Saúde da Mulher por meio do diálogo e articulação entre os setores oficiais e movimentos sociais na América Latina e Caribe. Participação de profissionais de saúde, ativistas do movimento de mulheres, redes de saúde, parlamentares e ONGs.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada gratuitamente na Biblioteca Virtual em Saúde:

<http://www.saude.gov.br/bvs>

O conteúdo desta e de outras obras da Editora do Ministério da Saúde pode ser acessado gratuitamente na página:

<http://www.saude.gov.br/editora>



EDITORA MS

Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE
MINISTÉRIO DA SAÚDE

(Revisão, editoração, impressão, acabamento e expedição)

SIA, Trecho 4, Lotes 540/610 – CEP: 71200-040

Telefone: (61) 233-2020 Fax: (61) 233-9558

E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Home page: <http://www.saude.gov.br/editora>

Brasília – DF, dezembro de 2003

OS 1523/2003

Disque Saúde
0800-61-1997

Disque Saúde Mulher
0800-64-4083

Ministério
da Saúde

